

## INDETERMINAÇÃO NA LÍNGUA E NA POESIA

Heronides Maurílio de Melo Moura\*

*RESUMO:* O objetivo deste texto é explicitar uma diferença de perspectiva entre teoria literária e teoria lingüística no que concerne à indeterminação do sentido na linguagem. A partir de um ensaio de Borges, considera-se que a incerteza no campo das interpretações, em função da indeterminação, é imanente ao universo poético. A não-univocidade entre forma e sentido, na poesia, pode ser um pressuposto da análise, e não um dilema. Na teoria lingüística, essa não-univocidade é encarada como problemática, e a construção metalingüística deve tentar evitá-la. São mostrados três níveis em que a indeterminação pode ser evitada na teoria: a) representações semânticas subjacentes, b) regras contextuais e c) hipóteses interpretativas.

*PALAVRAS-CHAVE:* poesia; lingüística; sentido; indeterminação; ambigüidade.

### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto não é mapear possíveis aplicações da lingüística aos estudos sobre poesia, ou vice-versa. Não pretende, portanto, estabelecer simetrias entre duas metalinguagens distintas, mas sim visar um problema de linguagem que se manifesta diferentemente na língua de todos os dias (o objeto *par excellence* do lingüista) e na poesia. Esse problema é o da indeterminação, que ocorre quando a uma forma lingüística podem ser atribuídas mais de uma representação semântica, em outras palavras, quando o mapeamento entre forma e sentido não é unívoco. Abordando esse problema, pretende-se trazer à luz uma oposição de fundo entre teoria literária e teoria lingüística, revelada na forma de essas disciplinas re-construírem teoricamente a indeterminação do sentido.

Parece-me muito difícil imaginar que se possa conceber essa não-univocidade fora das metalinguagens que a representem, seja na lingüísti-

\* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

ca, seja na teoria literária. O dado bruto desse problema não nos é acessível, de modo que o que nos resta é observá-lo através das soluções teóricas, que podem ser divergentes (como tentarei mostrar) na lingüística e na teoria literária. Se essa divergência se deve a uma diferença de objetos (fala cotidiana num caso, poesia no outro), ou a uma diferença de perspectiva teórica, é uma questão que deixarei em aberto.

Como lingüista, entrarei em mais detalhes de soluções oferecidas pela lingüística; quanto à teoria literária, me restringirei a um ensaio de Borges (1984) sobre a *Divina Comédia*, mais precisamente sobre o episódio do Conde Ugolino, no penúltimo canto do *Inferno*. Este ensaio curto de Borges certamente não constitui uma teoria da literatura, mas aponta para formulações teóricas relevantes nesse campo de pesquisa. De fato foi a extrema concisão e tensão teórica deste ensaio que desencadeou o desejo de escrever este texto. Começemos com Borges, portanto.

## 2. O VERSO 75 DO CANTO XXXIII DO INFERNO

Canto XXXIII do Inferno é um dos mais conhecidos da *Divina Comédia*. Relata o martírio do Conde Ugolino della Gherardesca, nobre que, aliado ao Arcebispo Ruggieri degli Ubaldini, controlou o poder na cidade de Pisa. Mas o Arcebispo o acusou depois de trair a causa dos pisanos, e o encarcerou numa torre, junto com seus filhos. A cena poética que Dante constrói se nutre desse fato histórico, reproduzindo no mundo dos mortos as relações dos mundos dos vivos, e apresenta, no último círculo do Inferno, onde estão os traidores, o Conde Ugolino roendo a cabeça de seu delator, o Arcebispo Ruggieri. Depois de limpar a boca “à cabeleira do crânio mesmo que ia devorando” (versos 2-3\*<sup>1</sup>), Ugolino conta a sua história, simultaneamente narrador e personagem do drama, como é comum na *Divina Comédia*.

---

<sup>1</sup> Utilizarei a tradução brasileira da *Divina Comédia* (1979), realizada por Cristiano Martins.

Destaco aqui dois detalhes da narrativa do conde, relevantes para as observações posteriores de Borges. Ugolino relata que, encarcerado com seus filhos ainda crianças, sonha que Ruggieri, acompanhado de mastins esfomeados, persegue um lobo com suas crias:

*E quando despertei, da alva ao clarão,  
ouvi meus filhos, que julguei dormindo,  
entre soluços, implorando pão. (37-39)*

Depois de perceber que vedavam a porta da Torre com pregos, Ugolino entendeu que tinham sido condenados à morte pela fome. Desesperado, morde a própria mão, e os filhos, num lance patético, oferecem-se à antropofagia paterna:

*– Ó pai, menos penoso nos seria  
que desta carne, de que nos vestiste,  
comeses, que ela à origem voltaria!<sup>2</sup> (61-63)*

Entre o quinto e o sexto dia, vê, impotente, os filhos morrerem de fome. Depois fica cego, invoca os filhos mortos e termina seu relato dizendo “depois, mais do que a dor, pôde o jejum” (“Poscia, piú che ‘l dolor, poté ‘l digiuno”<sup>3</sup>):

*Por fim, já cego, não vi mais nenhum;  
fiquei chamando-os, mortos, todo o dia:  
depois, mais do que a dor, pôde o jejum. (73-75)*

Espero que o leitor deste texto também deseje ardentemente saber se o verso 75 do Canto XXXIII do *Inferno* significa que o Conde Ugolino morreu de uma causa física (a privação de alimento), não de uma causa

<sup>2</sup> Essa tradução perde a oposição do original entre vestire/spogliare: “tu ne vestisti queste misere carni, e tu le spogliasti”. “Spogliare” significa despir, mas também privar. “Spoglia”, substantivo, além de vestimenta, pode significar também cadáver, despojos mortais.

<sup>3</sup> Consultei o original em italiano numa edição bilingüe francesa (1985).

moral (a impotência e dor diante da morte dos filhos<sup>4</sup>), ou se, descontrolado e superando a dor, ele cometeu antropofagia. Se o leitor escolheu a primeira alternativa, estará do lado, segundo Borges (op. cit., p. 31-2), dos comentadores clássicos, e de alguns poucos modernos, como Benedetto Croce. Se escolheu a mais cruel, terá sido mais moderno. Mas o debate se abre de novo a cada leitura.

A posição de Borges, que eu gostaria de comentar, é que essa é uma controvérsia inútil. Segundo ele, “O problema histórico de se Ugolino della Gherardesca praticou nos primeiros dias de fevereiro de 1289 o canibalismo é, evidentemente, insolúvel.”(p.34). A questão é determinar o valor poético dessa ambigüidade. Para Borges, essa não-univocidade do verso “*Poscia, piú che ‘l dolor, poté ‘l digiuno*” não pode ser resolvida dentro do poema, o universo poético desse canto envolvendo as duas alternativas no seu halo, “pois a incerteza faz parte do seu desígnio”. Uma e outra alternativa cabem simultaneamente e paradoxalmente no poema. A escolha de uma delas pode ter um significado histórico ou moral, mas não estético. O debate sobre o canibalismo ou não do Conde Ugolino, personagem de Dante, é um falso problema estético (o mesmo poderia ser dito sobre a interminável discussão sobre a traição ou não de Capitu!). Se não há problema, não há solução.

Esse ensaio de Borges provoca formulações teóricas muito interessantes, e baseia-se numa tautologia e numa contradição do senso comum. A tautologia (ou ‘axioma insípido’, como ele diz) é a afirmação de que “um livro é as palavras que o compõem”. Ora, se no Canto XXXIII não há nenhuma palavra que nos diga que o Conde Ugolino cometeu ou não canibalismo, então, nesse universo composto de palavras, o Conde Ugolino cometeu e não cometeu canibalismo. A contradição do senso comum é que uma formulação como essa invalida a percepção generalizada de que em

---

<sup>4</sup> O que revela uma punição maior que a própria morte, pois Ugolino (nessa primeira interpretação) se vê como um fraco, ao morrer de fome, e não de dor moral.

algum lugar (na mente do autor, no mundo, ou mesmo atrás das palavras) reencontraremos a ligação unívoca entre forma e sentido. “Todos propendemos para crer que há uma forma separável do fundo e que dez minutos de diálogo com Henry James nos revelariam o “verdadeiro” argumento de *The turn of the Screw* (op. cit., p. 37). Ou a idéia de que uma exegese meticulosa nos revelará se Ugolino devorou os filhos, e se Capitu traiu Bentinho!

A não-univocidade da relação entre forma e sentido é própria da linguagem, e encontra-se em alto grau no poema, ou ao menos no poema tal como teorizado por Borges: “Na escuridão de sua Torre da Fome, Ugolino devora e não-devora os amados cadáveres, essa ondulante imprecisão, essa incerteza, é a estranha matéria de que é feito”(p.37). No tempo real, na história, somos compelidos a escolher uma alternativa, no poema é possível viver na ambigüidade. O problema da não-univocidade é real, está lá no texto e nos angustia, mas a solução não reside na escolha.

### 3. A INDETERMINAÇÃO NA LÍNGUA NATURAL

Um princípio subjacente aos diferentes modelos semânticos em lingüística é que a uma diferença de sentido deve corresponder uma diferença de representação semântica. Assim, é irrelevante se na língua cotidiana o mapeamento forma-sentido não é realizado com perfeição. Na metalinguagem, ele deve ser explicitado de uma forma ou de outra, de modo que a uma seqüência de signos qualquer seja atribuída uma representação semântica que contenha uma e só uma interpretação na teoria.

Parece-nos que Borges, no ensaio citado, não apenas formula hipóteses sobre o poema, mas também intui uma divergência de fundo entre poema (e literatura, de um modo geral) e língua natural, objeto da lingüística. O poema se ocupa do tempo do esquecimento (passado não recuperável) ou do tempo da esperança (futuro protelado); a língua natural se

encarrega do tempo real, da história *na linguagem*. É no tempo real, as alternativas de interpretação devem (a princípio) estar claramente explicitadas.

Tentarei sintetizar a seguir algumas das formas pelas quais a lingüística explorou esse postulado de base, que a opõe à estética tal como formulada por Borges. Em primeiro lugar, mostrarei como os lingüistas tipificam alguns mecanismos da não-univocidade entre forma e sentido. Em segundo lugar, tentarei expor os diferentes níveis em que a univocidade pode ser recuperada, na teoria.

Utilizarei o conceito de indeterminação para abarcar o conjunto de tipos de ambigüidade e indefinição arrolados pelos lingüistas. Tal conceito tem se mostrado extremamente produtivo na investigação sobre a significação na linguagem, em áreas como semântica lógica (Lakoff, 1972; Kamp, 1975; Kempson, 1977; Klein, 1982; Pinkal, 1995), pragmática (Green, 1989; Chanell, 1994) e teoria da leitura (Bloome, 1993). (Para uma discussão de algumas dessas abordagens, cf. Moura 1996a e 1996b). O conceito de indeterminação abrange uma série de fenômenos semânticos, tais como ambigüidade, polissemia, vagueza, falhas pressuposicionais, não-dito, generalidade, metáfora, etc. Infelizmente, há uma grande oscilação terminológica na descrição desses fenômenos, e o próprio conceito de indeterminação também é denominado de 'insegurança' (Sadock, 1986) ou 'indefinição' (Pinkal, 1995).

Segundo uma definição recente (Pinkal, 1995:15), todos esses fenômenos podem ser generalizados da seguinte forma: "Uma sentença é semanticamente indefinida se e somente se, em certas situações, a despeito do conhecimento suficiente dos fatos relevantes, nem 'verdadeiro' nem 'falso' pode ser atribuído a essa sentença como seu valor de verdade". Se entendemos que, na tradição lógica em que se insere esse autor, o valor de verdade (verdadeiro ou falso) é derivável da representação semântica da sentença, então podemos concluir que a indeterminação (ou indefinição) ocorre quando mais de uma representação semântica pode ser construída

para essa sentença. Vejamos alguns exemplos de sentenças desse tipo, a título de ilustração:

(1) *Antônio Ermírio comprou a Folha de São Paulo.*

(2) *O imperador do Brasil é um idiota.*

(3) *Collor é cristão.*

(4) *Margareth Thatcher é a dama de ferro.*

A interpretação dessas sentenças não depende do conhecimento que se tem dos fatos, mas do sentido que atribuímos às palavras do locutor (cf. Moura, no prelo). Mesmo que saibamos que Antônio Ermírio não adquiriu a empresa Folha de São Paulo, ainda assim não podemos interpretar a sentença (1). A sentença (2) é um caso típico de falha pressuposicional, visto que no Brasil de 1997 não temos um imperador (a sentença muda inteiramente de sentido se a interpretamos no sentido figurado, e isso é outra fonte de indeterminação!). No caso do 'sentido literal' da sentença (2), a tradição semântica oscila em considerá-la ou como desprovida de valor de verdade (Frege) ou como falsa (Russell). A sentença (3) pode ser verdadeira ou falsa, dependendo do critério que se utiliza para a definição de 'cristão'. Temos aí um caso de vagueza. Finalmente, a sentença (4) é indeterminada em função do mapeamento metafórico. Se selecionamos como 'predicado saliente' (Ortony, 1993) de 'ferro' o traço 'resistente', então a sentença (4) terá uma determinada interpretação; se selecionamos o traço 'rígido', então a sentença terá uma outra interpretação.

Como a lingüística pode dar conta dessa indeterminação disseminada na linguagem? Pretendo mostrar que os lingüistas tentaram 'controlar' essa indeterminação (no sentido não de negá-la, mas de explicitá-la e recuperar a univocidade desejável no plano da metalinguagem) em três níveis.

O primeiro nível é certamente o mais satisfatório do ponto de vista da lingüística. Se construímos, na teoria, um nível de representação

subjacente para os enunciados, as ambigüidades lexicais e estruturais são encaradas como um problema de superfície. Nesse caso, se temos mais de uma interpretação de uma sentença, isso deriva do fato de que há uma colisão de formas na estrutura de superfície (homonímia e anfibologia), que pode ser evitada na estrutura subjacente. Assim, a sentença (1) corresponderia a duas estruturas subjacentes, uma em que temos o item *Folha de São Paulo*<sub>1</sub> (o jornal de cada dia) e outra em que temos o item *Folha de São Paulo*<sub>2</sub> (a empresa jornalística). Note-se que neste caso a univocidade forma-sentido é recuperada, pois a uma representação subjacente corresponde apenas uma interpretação. O mesmo se dá com as ambigüidades estruturais (para um tratamento em conjunto das ambigüidades estruturais e lexicais, cf. Gillon, 1990). Essa primeira maneira de explicitar e controlar a indeterminação foi explorada em diferentes teorias, desde a gramática gerativa, até a teoria da pressuposição de Ducrot (1977), na qual se propõe que a análise semântica dos enunciados se dá em dois planos, o componente lingüístico (que teria a função de gerar as estruturas subjacentes) e o componente retórico.<sup>5</sup>

Um segundo nível de solução (representado em Ducrot pelo ‘componente retórico’) da não-univocidade é bem mais abrangente, e assenta na intuição corriqueira de que a indeterminação é na verdade eliminada no contexto de fala. A idéia é que quando não é possível prever no componente lingüístico (cujas regras se aplicam fora de contexto) as duas ou mais representações semânticas da sentença indeterminada, então a representação dessa sentença, fruto da aplicação das regras semânticas, deve entrar como input no ‘componente retórico’. Esse componente (formado pelas regras conversacionais (leis do discurso, na terminologia de Ducrot, op. cit.) e dados contextuais) reinterpretaria a representação semântica oriunda do componente lingüístico e produziria mais de um sentido, adaptado ao contexto. A desambigüização, não realizada no componente lingüístico,

---

<sup>5</sup> Note-se que esta solução pode, a rigor, ser estendida a casos como o da sentença (3); teríamos ‘cristão’, ‘cristão<sub>1</sub>’, ‘cristão<sub>2</sub>’, os subscritos indicando as significações possíveis dessa palavra.



teria lugar no componente retórico. Essa formulação teórica encontra respaldo na intuição pré-teórica de que as ambigüidades e imprecisões das sentenças podem ser eliminadas se situadas em contexto.

Há pelo menos duas ressalvas a serem feitas. Em primeiro lugar, o recurso indiscriminado às regras conversacionais para a interpretação das sentenças tem um poder explanatório grande demais; a cada dificuldade de representação semântica, pode-se recorrer ao contexto e às implicaturas. É o princípio '*Grice saves*' (Wierzbicka, 1996:148), que resgata o linguísta de qualquer discrepância entre a representação semântica e o uso real da sentença pelos falantes. Se não se restringe o recurso às regras conversacionais, ele se converte num procedimento *ad hoc* para 'salvar' o componente lingüístico: "Seria cômodo, com efeito, disfarçar o simplismo e o caráter artificial das significações fazendo intervir, no último momento, um *deus ex machina* psicossociológico que as metamorfoseasse em sentidos contextuais mais ou menos conformes à realidade empírica." (Ducrot, op.cit, p.123).

Uma segunda dificuldade é que esses 'sentidos contextuais' não são sempre recuperáveis, mesmo com o recurso ao contexto, ao co-texto e às implicaturas. Levinson (1983:153), por exemplo, observa que a interpretação das metáforas não pode ser reduzida à aplicação das regras conversacionais. Muitas vezes as sentenças indeterminadas continuam indeterminadas mesmo quando analisadas com base nos dados contextuais relevantes.

Se a língua cotidiana é expressão do tempo real, do tempo na história, como sugere Borges, então é natural que o contexto real, histórico, no qual as sentenças estão imersas torne-se, nas mãos dos linguístas, um instrumento poderoso para a representação semântica. Mas não se pode imaginar que esse instrumento resolva todas as dificuldades colocadas pela indeterminação; é o que tentaremos analisar agora.

O linguísta que tenta, através da construção da metalinguagem, fornecer uma representação unívoca das sentenças de língua natural, encon-

tra-se numa posição mais ou menos equivalente à do tradutor; que deve estabelecer correspondências de sentido entre as sentenças da língua-fonte e da língua-alvo. O tradutor parte do postulado de que a equivalência que ele procura na língua-alvo deve ser a melhor representação possível do sentido da sentença na língua-fonte, assim como a representação semântica artificial construída pelo lingüista deve dar conta dos fatos semânticos relevantes das sentenças representadas. Também como o lingüista, o tradutor recorre, para seu trabalho, não só às estruturas gramaticais, mas igualmente ao contexto. Ainda assim, em muitos casos ele tem à sua disposição mais de uma tradução possível, as alternativas disponíveis estando todas em conformidade com a estrutura e com o contexto da sentença original. Desde a tese da ‘indeterminação da tradução’ (Quine, 1960), sabemos que a escolha de uma das alternativas disponíveis não pode assentar sobre uma questão de fato (*fact of the matter*), pois, justamente, não há uma questão de fato para esse problema. Se duas ou mais expressões na língua-alvo respeitam a estrutura e os fatores contextuais da expressão da língua-fonte, então não se pode apelar para um fato objetivo externo ao trabalho do tradutor. Putnam (1990: 291) cita um exemplo concreto na obra de Aristóteles, da qual comumente se traduz ‘*eudaimonia*’ por ‘felicidade’, mas ‘florescimento humano’ seria uma opção igualmente válida<sup>6</sup>. A opção por uma ou outra não encontra justificativa senão nas hipóteses interpretativas do próprio tradutor; se ele escolhe a primeira alternativa, (*felicidade*), dará ênfase às correlações entre o conceito de Aristóteles e o de nossa cultura; se escolhe a segunda, (*florescimento humano*), estabelece como signo de bem-estar o desenvolvimento das capacidades humanas.

---

<sup>6</sup> Essas alternativas de tradução não se confundem com a questão mais superficial da existência de múltiplas paráfrases possíveis, ou de diferenças estilísticas dessas paráfrases, no trabalho de tradução. “Felicidade” e “florescimento humano” não são expressões sinônimas no português, e a escolha de uma ou outra acarreta diferenças vitais de interpretação. As sentenças “A felicidade é a atividade da psiquê em conformidade com a virtude na vida como um todo” e “O florescimento humano é a atividade da psiquê em conformidade com a virtude na vida como um todo” não são evidentemente sinônimas no português, mas cabe ao tradutor definir qual delas vai utilizar como tradução da sentença aristotélica (Cf. Putnam, *op. cit.*, p. 212).

Ambas são hipóteses interpretativas perfeitamente válidas sobre a semântica da linguagem aristotélica, com os devidos ajustes no ‘manual de tradução’, para manter a coerência do todo. O importante a reter aqui é que o tradutor tem de fazer uma opção, pois a sua tarefa é reconstruir para nós o sentido das sentenças de Aristóteles e “nos casos em que aquilo que Aristóteles escreveu foi vago ou ambíguo, estamos interessados em conhecer os sentidos (mais precisos) que poderiam ser atribuídos à sua escrita” (Putnam, *op. cit.*, 212).

Essa situação paradoxal do tradutor (várias alternativas válidas, embora não sinônimas, e a necessidade de escolher apenas uma) parece ser a do lingüista interessado na significação. Para a construção da metalinguagem, ele tem a necessidade de desambigüizar e precisar o sentido das sentenças indeterminadas, mas várias hipóteses estão à sua disposição. Tomemos como exemplos as sentenças (3) e (4) citadas mais acima. Se o lingüista desejar encontrar uma e uma só interpretação para essas sentenças, a estrutura lingüística e o contexto poderão ser de pouca utilidade. Por exemplo, se especificamos que a sentença (3) foi proferida por um jornalista tendencialmente governista no período do governo Collor, isso ainda não resolve o dilema de nosso lingüista. Eliminada a vã esperança de que na mente do locutor dessa sentença o sentido de ‘cristão’ seria transparente, só resta ao lingüista fazer algumas hipóteses, à moda do trabalho do tradutor. Dentre os inumeráveis critérios disponíveis, ele poderia, por exemplo, definir ‘cristão’, para o contexto em causa, como (1) aqueles que são aceitos por partes da sociedade como cristãos ou (2) aqueles que são definidos como cristãos pela(s) Igreja(s). Essas duas definições são certamente hipóteses interpretativas válidas para o uso de ‘cristão’ em (3), mas o dilema é que elas não são sinônimas. O que justificaria a escolha de uma ou de outra? Se o lingüista deseja preservar a univocidade sentido-forma (e vimos que esse é um princípio de base), mesmo para um ‘sentido contextual’ como ‘cristão para o locutor da sentença (3)’, a escolha do sentido válido depende do próprio trabalho do lingüista, e não de

uma questão de fato. Uma análise equivalente pode ser feita para a metáfora da sentença (4). Devemos interpretar essa metáfora *figée* como projetando no indivíduo Margareth Thatcher as propriedades de resistência ou rigidez? Ou ambas? <sup>7</sup>

#### 4. CONCLUSÃO

Mais do que a discussão de um aspecto vital da linguagem humana, o que esse breve ensaio visou foi tornar aparente uma divergência disciplinar de fundo entre teoria literária e teoria lingüística. Naquela, a ambigüidade e a polissemia podem ser suportadas no plano teórico, pois o tempo estético não é o tempo linear da história, mas o tempo circular do mito. Na teoria lingüística, o princípio da univocidade (reflexo da unidirecionalidade do tempo histórico?) entre forma e sentido exclui, no plano teórico, por meio das representações subjacentes, do contexto e das hipóteses interpretativas, a possibilidade de o sentido ser representado por  $S_1$ , ou  $S_2$ , ou  $S_n$ , quando  $S_1$ ,  $S_2$  e  $S_n$  não são sinônimos.

Se Borges está correto, no mundo poético de Dante, Ugolino devorou e não devorou os seus filhos na Torre da Fome, pois esses dois mundos possíveis cabem no Canto XXXIII do *Inferno*. Já na metalinguagem que o lingüista constrói, à moda do tradutor, *'eudaemonia'* deve significar ou 'felicidade' ou 'florescimento humano', assim como 'cristão' deve significar, para o locutor de (3), ou o que partes da sociedade aceitam como tal, ou o que a Igreja arbitra.

Não se trata, a meu ver, de encarar uma ou outra formulação disciplinar como mais verdadeira ou mesmo como mais humana. A legitimidade intelectual é a mesma nos dois casos. No primeiro, na estética de Borges,

<sup>7</sup> A idéia de que mais de uma interpretação para o sentido de uma expressão são igualmente possíveis não significa cair no relativismo total. Se passamos do plano dos sentidos para o plano das interpretações, então podemos dizer que existem interpretações mais válidas que outras, o que elimina o relativismo (cf. Putnam, *op. cit.*, p. 210-1).

imagina-se a tensão espiritual exigida para se aceitar duas leituras divergentes para uma obra poética. No segundo, no campo da lingüística, o trabalho daquele que lida com a significação, cioso da enorme flexibilidade do material que tem em mãos, mas não obstante tentando retraçar uma estrutura semântica coesa e uniforme, esse trabalho é certamente dos mais louváveis.

*ABSTRACT: The aim of this paper is to show a difference of perspective between literary criticism and linguistic theory concerning indeterminacy of meaning. Based on a Borges's essay, it is considered that interpretive uncertainties, due to indeterminacy, are inherent to poetic field. The lack of one-to-one correspondance between form and sense, in poetry, may be regarded as a presupposition to the poetic analysis, rather than a dilemma in itself. In linguistic theory, this lack of one-to-one correspondance is seen as problematic and it should be avoided in the metalinguistic construction. Three levels in which the indeterminacy is avoid are shown: a) underlying semantic representation, b) contextual rules and c) interpretive hypothesis.*

*KEYWORDS: poetry; linguistics; meaning; indeterminacy; ambiguity;*

## BIBLIOGRAFIA

- BLOOME, D. (1993) "Necessary indeterminacy and the microethnographic study of reading as a social process". In *Journal of research In reading*, 16-(2), p. 98-111.
- BORGES, J. L. (1984) *Nove Ensaíos Dantescos*. Lisboa, Editorial Presença.
- DANTE, A. (1979) *A Divina Comédia. Inferno*. Tradução Cristiano Martins. Belo Horizonte, Itatiaia.
- \_\_\_\_\_ (1985) *La Divine Comédie. L'enfer*. Edição bilingüe italiano-francês. Paris, Flammarion.
- CHANELI, J. (1994) *Vague language*. Oxford, Oxford University Press.
- DUCROT, O. (1977) *Dizer e não-dizer. Princípios de semântica lingüística*. São Paulo, Cultrix.
- GILLON, B. (1990) "Ambiguity, generality, and indeterminacy: tests and definitions". In *Synthese* 85. p. 391-416.
- GREEN, G. (1989) *Pragmatics and natural language understanding*. Hillsdale, Erlbaum.
- KAMP, H. (1975) "Two theories about adjectives". In Kelman, E.L. (ed). *Formal semantics of natural languages*. Cambridge, Cambridge Press.

- KEMPSON, R. (1977) *Semantic Theory*. Cambridge, Cambridge Press.
- KLEIN, E. (1982) "The interpretation of adjectival comparatives". In *Journal of Linguistics* 18.
- LAKOFF, G. (1972) "Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts" In *Chicago Linguistic Society*, 8:183-228.
- LEVINSON, S. (1983) *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge Press.
- MOURA, H. (1996a) *O buraco negro do valor de verdade: a semântica dos predicados vagos*. Tese de Doutorado. IEL.-UNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (1996b) "La sémantique du vague: un modèle d'application". *Actes de la première rencontre de jeunes linguistes*. Université du Littoral, Dunkerque, p. 99-108.
- \_\_\_\_\_ (no prelo) "La comparaison: restructuration de catégories". *Actes du XVI Congrès international des linguistes*. Paris.
- ORTONY, A. (1993) "The role of similarity in similes and metaphors" In Ortony, A. (Org) *Metaphor and Thought*. Cambridge, Cambridge Press.
- PINKAL, M. (1995) *Logic and lexicon*. Dordrecht, Kluwer.
- PUTNAM, H. (1990) *Realism with a human face*. Cambridge, (Mass.) Harvard Press.
- QUINE, W. O. (1960) *Word and object*. Cambridge, Mass., Harvard Press.
- SADOCK, J. (1986) "The position of vagueness among insecurities of language" *Quaderni di Semantica* 7 (2).
- WIERZBICKA, A. (1996) *Semantics. Primes and Universals*. Oxford, Oxford Press.